

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA

Realizada no dia 17 de Abril de 2012.

Acta n.º 8/2012

-----No dia dezassete de Abril de dois mil e doze, na vila de Penela, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a Presidência do Senhor Presidente António José dos Santos Antunes Alves, estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Renato Filipe Nunes França, Dr. Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, Rodrigo António de Matos Gomes e Dr. Emídio Domingues.-----

-----Secretariou a reunião a Técnica Superior Maria Leonor dos Santos Carnoto.-----

-----Verificada a presença de todos os membros, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, pelas catorze horas e trinta minutos, tendo a Câmara passado a ocupar-se da agenda de trabalhos, da qual faziam parte os seguintes pontos:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Finanças Municipais;
2. Assuntos de interesse da Autarquia
3. Outras Intervenções

ORDEM DO DIA

1. Leitura e aprovação da acta anterior
2. Operações Urbanísticas
3. Requerimentos diversos
4. Expediente vário
5. Regulamento de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos. Análise e votação
6. Regulamento de Publicidade e de Ocupação do Espaço Público. Análise e votação
7. Regulamento de Licenciamentos Diversos. Análise e votação
8. Plano de Apoio ao Investimento. Reversão de lote na Zona Industrial de Penela
9. Prestação de contas do exercício de 2011 - Análise e votação

-----O Senhor Presidente deu início à reunião com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. FINANÇAS MUNICIPAIS: - Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número setenta e cinco referente ao dia útil anterior - segunda-feira) o qual apresenta os seguintes valores: SALDO EM OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: - 191.824,22€ - cento e noventa e um mil, oitocentos e vinte e quatro euros e vinte e dois cêntimos; SALDO EM DOCUMENTOS: - 51.888,96€ - cinquenta e um mil oitocentos e oitenta e oito euros e noventa e seis cêntimos; SALDO EM OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: - 332.843,12€ - trezentos e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e três euros e doze cêntimos;-----
A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

2. ASSUNTOS DE INTERESSE DA AUTARQUIA-----

- O Senhor Presidente da Câmara:-----

- Informou que se procedeu, ontem, à inauguração oficial do Centro Educativo do Espinhal, que contou com a presença do Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar, Dr. João Casanova de Almeida. Do programa oficial constou a recepção aos convidados e encarregados de educação, a sessão solene e a visita às instalações. Deixou uma palavra de agradecimento a todos quantos contribuíram para o sucesso do acontecimento, especialmente os professores e educadores, desde o início da obra até à sua inauguração. Disse ainda congratular-se com a presença de todos e registou com agrado as diferentes opiniões positivas relativas ao edifício e às suas funcionalidades.-----

-----O senhor Vereador Emídio Domingues, subscrevendo as palavras do senhor Presidente, manifestou a sua alegria pela forma como decorreu a inauguração pois não é fácil, durante um dia de trabalho, reunir tanta gente considerando que o mais importante era a presença das crianças pois a festa é delas. Manifestou o seu agradecimento a toda a comunidade que aderiu à cerimónia.-----

- Informou que o concelho de Penela conta com a visita de Sua Excelência, o presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, no próximo dia vinte e sete de Abril, durante a manhã, pelo que aproveitou para convidar o executivo, solicitando que divulguem a mesma por forma a dignificar a recepção. Explicou que a visita surge no âmbito da promoção do "empreendedorismo de base local" pelo que visitará a Casa das Industrias Criativas e o Centro de Estudos de História Local e Regional Professor Salvador Dias Arnaut.-----

- Informou ainda que na próxima sexta-feira irá realizar-se um workshop subordinado ao tema "Economia social", organizado pela CERCI em colaboração com a Câmara Municipal.-----

- Terminou informando ainda que o mercado do Queijo e dos Romanos se vai realizar no último fim-de-semana de Abril, em parceria com a Junta de Freguesia do Rabaçal. Do seu programa consta as "primeira jornadas de lacticínios", no Sábado e o Mercado do Queijo e dos Romanos, que se realiza na estação arqueológica da *Villa* romana do Rabaçal, no Domingo. Salientou o facto de se tratar de um evento para todas as idades, com espaços exclusivamente dedicados aos mais pequenos, onde poderão aprender mais sobre o queijo e os romanos.-----

3. OUTRAS INTERVENÇÕES:

- O senhor Vice-presidente Luís Matias:-----

- Na passada Sexta-feira houve reunião do Conselho Municipal de Segurança, na qual estiverem presentes os parceiros habituais. Da mesma conclui-se que o concelho mantém índices de criminalidade pouco significativos. De acordo com os dados da GNR registaram-se cento e quarenta e sete crimes, designados "bagatelares", que mais não são do que crimes contra o património, que causam pouco alarmismo popular, sendo de reconhecer o trabalho das forças de segurança, sempre prontas a colaborar. Reconheceu o trabalho que tem sido feito, dando o exemplo da campanha de sensibilização aos idosos, realizada recentemente.-----

- Referiu-se ao Penelense, que se sagrou campeão da Divisão de honra de Coimbra, no passado Domingo. Deixou uma palavra de apreço e reconhecimento à Direcção pelo trabalho realizado, pois é difícil abdicar das suas "vidas particulares" para se dedicar a uma direcção, reconhecendo o esforço do senhor José Lopes, extensível à equipa técnica, nomeadamente ao treinador Jorge Duarte e ao director desportivo Carlos Fernandes, que conseguiram com o menor orçamento dos últimos anos alcançar o sonho dos últimos setenta e nove anos, construindo um plantel competitivo com rigor e boa gestão. Felicitou também os jogadores, na pessoa do capitão Henrique Rodrigues, dado tratar-se de um penelense.-----

- Referiu-se ao almoço de homenagem ao Dr. António Arnaut, a ter lugar no próximo Sábado, organizado pelo jornal local "Região do Castelo", que pelo terceiro ano consecutivo homenageia um conterrâneo. À semelhança dos outros anos considera que a Câmara deveria associar-se ao evento deixando à consideração se tal se deve fazer ou não. Referiu que na sua opinião, tratando-se de uma figura nacional mal parecia que não reconhecêssemos o seu mérito nas várias áreas, desde escritor, poeta, político, advogado, etc. -----

-----O senhor Presidente, não questionando sequer a colaboração da Câmara ao evento, foi mais longe propondo que a Câmara oferecesse uma pequena lembrança, dado tratar-se de uma figura pública que ultrapassa a região.-----

Rey Domingues
Kig

-----O senhor Vereador Emídio Domingues, referiu ter-se já inscrito para o almoço dado tratar-se da homenagem a uma figura que de há muito admira. Lembrou que a Câmara, em tempo o homenageou com a atribuição de uma medalha de mérito pelo que, concordando em absoluto com a oferta de uma lembrança, não faria sentido outro tipo de homenagem. Sobre a questão do Clube Desportivo e Recreativo Penelense, disse subscrever as palavras do senhor Vice-Presidente, sugerindo um voto de congratulação e louvor ao Clube, pelo feito alcançado.-----

-----O senhor Vice-Presidente, referiu que dado o último jogo se realizar no dia seis de Maio, propôs que a Câmara os recebesse no Salão Nobre, homenageando-os e de seguida lhes oferecesse o almoço (aos jogadores e equipa técnica).-----

- O senhor Vereador Emídio Domingues:-----

- Começou por dizer concordar com o proposto, insistindo para que fosse aprovado um voto de louvor a apresentar à Assembleia Municipal, referindo tratar-se de um feito que extravasa o mero plano desportivo pois contribui para o orgulho e a autoestima dos Penelenses.-----

- Também no dia 25 de Abril deveria a Câmara reunir e dar alguma solenidade ao acto, achando que uma comemoração fora do Salão Nobre faria mais sentido levando as comemorações para junto das populações. Disse estar previsto para esse dia, a apresentação pública de um novo projecto, "geocaching", a decorrer no CISED, convidando todos a participar. Sobre este projecto esclareceu tratar-se de uma nova actividade, já implementada a nível nacional, mas com escassa expressão a nível de Municípios, sendo, neste sentido Penela mais uma vez pioneira. Trata-se de divulgar a nossa riqueza patrimonial sem recurso a grandes despesas, uma vez que utiliza, essencialmente a internet. Informou haver já inscrições para a apresentação em causa.-----

-----O senhor presidente da Câmara, disse que a realizar-se a dita apresentação no CISED, podia aproveitar-se o facto para lá ser feito tudo.-----

- Referiu-se à feira da Saúde, promovida pela Naturidade, no passado dia cinco de Abril, evento muito concorrido e agradável, que contou com a participação de outras associações que se juntaram ao evento e trouxe a Parque das Águas Romanas grande número de pessoas. A Câmara Municipal também colaborou no evento, designadamente disponibilizando stands e outro apoio logístico mobilizando as crianças da CAF que foram transportadas para o local, sensibilizando os funcionários para a recolha de sangue. e pequenas tendas. Deixou os parabéns à Naturidade pela organização daquela actividade e enalteceu o trabalho dos profissionais que a organizaram referindo tratar-se de um grupo de grande dinamismo e profissionalismo.-----

-----O senhor Presidente, lembrou que a Naturidade não é uma IPSS mas sim uma empresa que ainda assim, consegue algum tempo para se dirigir à comunidade em geral.-----

- O senhor Vereador Renato França:

- Endereçou as suas felicitações pelo feito alcançado pelo Clube Desportivo e Recreativo Penelense, quer à equipa técnica, quer aos atletas, esperando que os sucessos continuem nos próximos jogos. Disse concordar que seja aprovado um voto de louvor e posteriormente endereçado ao Clube e que se faça mais tarde aquando da Taça.-----

- Continuando, mostrou a sua satisfação pelo facto de até ao momento o executivo estar em sintonia nos assuntos abordados. No que se refere ao almoço de homenagem ao Dr. Arnaut, disse subscrever tudo o que foi dito tendo-se associado ao evento desde o início dado os valores reconhecidos já mencionados.-----

-----O senhor Vice-Presidente, perguntou se todos concordam com a oferta de uma lembrança ao Dr. Arnaut.-----

-----O senhor vice-presidente informou que o jornal Ihe vai oferecer uma tela pintada à mão com a sua figura que consta no prospeto do evento pelo que, pensa que ficaria bem ao Município oferecer qualquer coisa.-----

-----O senhor vereador Renato França referiu que a única dificuldade que vê é o que oferecer pois a intenção é unânime. Acha que o jornal também deve ser felicitado deixando uma palavra pelo que eles desenvolvem no seu trabalho na divulgação de Penela e das suas gentes.-----

Sobre o clube de futebol Penelense sugeriu que a Câmara lhes oferecesse um almoço ao que o senhor Presidente respondeu já se ter lembrado dessa possibilidade, acrescentando que irá falar com o treinador sobre o assunto.-----

-----Continuando a sua intervenção, o senhor vereador Renato França, sobre o 25 de Abril disse ter sido sempre defensor que o mesmo deve ser sempre celebrado. Associando-o à actividade do

geocaching poderá ser um complemento interessante. Na sua opinião existem aspectos que são incontornáveis como o hastear da bandeira, a guarda de honra, a participação de crianças, como já tem acontecido, etc.

-----O senhor Vereador Rodrigo Gomes:-----

-----Referindo-se à inauguração do centro escolar do espinhal em que esteve presente, disse ter corrido tudo bem pois havia vontade para que tal acontecesse. No entanto houve outras coisas menos boas como o caso do letring "jardim Infância", donde não constava a palavra "de". Lamenta tal facto pois, no seu entender deve pugnar-se pelo bom português para além de ficar feio. Na sua opinião devem ser apuradas as responsabilidades, pois o senhor Presidente durante o seu discurso elogiou os funcionários que trabalharam mais directamente naquela obra e tal erro demonstra que assim não é. Por esse motivo insistiu querer saber quem foi o responsável pela falha. Se foi alguém da empresa que troque a placa se foi um funcionário que seja identificado.

O senhor Presidente disse ter elogiado os funcionários e acrescentou que ainda ontem foi acusado por espinhalenses de que a inauguração deveria ser ao fim de semana. Já teve conhecimento do erro e mandou averiguar informando que quem acompanhou a obra foi o arquitecto Marco Basílio e a engenheira Margarida Menezes.

-----O senhor Vereador Emídio Domingues, acrescentou também ele ter visto, previamente a proposta do "letring" admitindo a sua falha pois não se apercebeu da falta do "de". Aproveitou para registar com agrado a presença do senhor Vereador Rodrigo Gomes na dita inauguração.

-----O senhor Vereador Rodrigo Gomes disse considerar tal um falha grave e lamenta que se continue a ouvir falar em todas as inaugurações no ex-presidente Paulo Júlio, quando o mesmo abandonou o concelho e já cá não está.

Terminou a sua intervenção perguntando se a loja do Centro de Artesanato e Mercado de Penela, que recentemente encerrou, é património do Município ao que o senhor Presidente respondeu que não.

-----Terminado o período de intervenções foi colocado a votação o texto do voto de louvor, a atribuir ao Clube Desportivo e Recreativo Penelense pelo feito alcançado e que a seguir se dá por transcrito, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

"Voto de Louvor ao Clube Desportivo e Recreativo Penelense"

O dia 15 de Abril de 2012 ficará na história do Clube Desportivo e Recreativo Penelense como campeão da Divisão de Honra da Associação de Futebol de Coimbra. Com esta consagração o Penelense garante a subida à terceira divisão nacional, o que acontece pela primeira vez na sua, já quase octogenária existência.

Esta conquista é o resultado do trabalho e espírito associativo desenvolvido ao longo dos 79 anos de existência desta colectividade por muitos homens e mulheres deste concelho.

Quando são cada vez maiores as dificuldades para levar as pessoas a participar na vida associativa, todos os que contribuíram para a afirmação do Penelense como uma Associação de referência, são credores do reconhecimento do Município pelo trabalho desenvolvido na promoção da cultura e do desporto.

Pela excelente prestação da equipa, consubstanciada na subida aos campeonatos nacionais, bem como por todo o trabalho que vem desenvolvendo ao nível da formação, mantendo em actividade 170 atletas em todos os escalões, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o presente voto de louvor ao Clube Desportivo e Recreativo Penelense".

ORDEM do DIA

1. **ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos deste Executivo, estando em conformidade com a minuta respectiva, pelo que foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada.

2. **OPERAÇÕES URBANISTICAS:** Foi presente o pedido de obras particulares a seguir mencionado, sobre o qual a Câmara Municipal, tomou conhecimento do deferimento da arquitectura:

- Processo nº. 9/2010 – José Paulo Duarte das Neves, residente em Ponte do Espinhal, freguesia de São Miguel, concelho de Penela, apresentando projecto de para obras de legalização de uma oficina de reparação automóvel, no mesmo local.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name "Rodrigues" and initials "JAX".

3. REQUERIMENTOS DIVERSOS: Não foi apresentado.-----

4. EXPEDIENTE VÁRIO: Não foi apresentado.-----

5. REGULAMENTO DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS - ANÁLISE E VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente foi presente o Regulamento de horários de funcionamento de estabelecimentos, dando conta que o mesmo ainda se encontra em discussão pública, terminando o prazo no próximo dia vinte e um de Abril mas que, dado o interesse em que o mesmo seja presente à próxima reunião da Assembleia Municipal que se realizará no dia vinte sete de Abril, propôs a sua aprovação, condicionada a qualquer sugestão/reclamação que possa aparecer dentro do supracitado prazo.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o regulamento de horários de funcionamento de acordo com o proposto.-----

-----Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

6. REGULAMENTO DE PUBLICIDADE E DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO. ANÁLISE E VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente foi presente o Regulamento de publicidade e de ocupação do espaço público, dando conta que o mesmo ainda se encontra em discussão pública, terminando o prazo no próximo dia vinte e um de Abril mas que, dado o interesse em que o mesmo seja presente à próxima reunião da Assembleia Municipal que se realizará no dia vinte sete de Abril, propôs a sua aprovação, condicionada a qualquer sugestão/reclamação que possa aparecer dentro do supracitado prazo.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de publicidade e de ocupação do espaço público de acordo com o proposto.-----

-----Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

7. REGULAMENTO DE LICENCIAMENTOS DIVERSOS. ANÁLISE E VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente foi presente o Regulamento de Licenciamentos Diversos, dando conta que o mesmo ainda se encontra em discussão pública, terminando o prazo no próximo dia vinte e um de Abril mas que, dado o interesse em que o mesmo seja presente à próxima reunião da Assembleia Municipal que se realizará no dia vinte sete de Abril, propôs a sua aprovação, condicionada a qualquer sugestão/reclamação que possa aparecer dentro do supracitado prazo.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o regulamento de Licenciamentos Diversos de acordo com o proposto.-----

-----Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

8. PLANO DE APOIO AO INVESTIMENTO - REVERSÃO DE LOTE NA ZONA INDUSTRIAL DE PENELA: Pelo senhor Presidente foi presente uma informação dos serviços, adiante transcrita, relativa à revogação da escritura de compra e venda de um lote de terreno para construção, sito na Zona Industrial de Penela.-----

“Informação-----
A Câmara Municipal de Penela, em reunião ordinária de 5 de Janeiro de 2009, deliberou por unanimidade, reservar os terrenos inscritos na matriz predial de Santa Eufémia sob os artigos 14621 e 14622, com as áreas de 1.786 m² e 4.774 m², respectivamente, totalizando 6.560 m², destinados à construção de instalações para a empresa Transportes Bré, Lda.-----

No dia 17 de Fevereiro de 2010 foi celebrada a escritura de compra e venda do referido terreno, cujos artigos, rústicos, entretanto haviam sido anexados, passando a constituir um único artigo, U2344, destinado a construção. Paralelamente à escritura, e no mesmo dia, foi assinado pelas partes, um contrato de apoio financeiro que contemplava a obrigação da construção das instalações no prazo de dois anos, após a data da outorga do contrato de compra e venda, sob pena de aplicação de sanções pecuniárias.

Handwritten signature and initials

Aprovado o projecto de construção e uma vez que, não obstante a insistência da Câmara Municipal, nunca foi levantado o título para a sua construção, acabando o processo por caducar, tendo-se procedido já ao seu arquivamento.-----

Assim,-----

decorridos que foram mais de dois anos, após a outorga do respectivo contrato de compra e venda, sem que a empresa Transportes Bré, limitada, tivesse dado início às respectivas obras, considerando que o atribuído aos Transporte Bré, limitada, atenta a conjugação da sua localização e dimensão, é actualmente um dos melhores espaços de que dispomos, acrescido do facto da Câmara necessitar de dar resposta a outros pedidos para instalação de novas empresas e, considerando que na descrição do prédio, registado a favor da Transportes Bré, Limitada, não consta o registo de qualquer ónus ou encargos.-----

Propõe-se a devolução ao Município de Penela, do terreno supracitado, mediante o pagamento da quantia pelo qual o mesmo foi transacionado (1.640,00€), através da realização de novo contrato de compra e venda.-----

Mais se propõe autorizar o Sr. Presidente, ou a quem legalmente o substitua, a outorgar em nome do Município o respectivo contrato.-----

À consideração superior.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto na informação, autorizando o presidente da Câmara ou quem legalmente o substitua a outorgar a respectiva escritura de compra e venda do terreno supracitada pelo valor mencionado.-----

9. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011: Foram presentes os documentos de Prestação de Contas do Ano elaborados de acordo com as disposições legais constantes no Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99 de 14 de Setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e Decreto-lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, discriminados na deliberação.-----

Foi ainda presente o relatório do Revisor Oficial de Contas Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, SA do qual o executivo tomou conhecimento.-----

Pelo senhor Presidente foram explicados os documentos de prestação de contas, salientando alguns aspectos mais positivos, nomeadamente a redução da despesa com os recursos humanos; a entrada de maior receita, relacionada directamente com a entrada de fundos comunitários; a redução da dívida a fornecedores e a instituições bancárias o que demonstra o esforço que tem vindo a ser feito, não obstante a diminuição do valor das transferências do estado e a redução dos custos correntes, não obstante a subida do valor do IVA. Referiu que o relatório que serve de suporte à documentação é auto-suficiente, pelo que se transcrevem alguns excertos so mesmo:-----

RELATÓRIO DE GESTÃO-----

O presente relatório de gestão, referente ao exercício do ano económico de 2011, constitui, antes de mais, o cumprimento da imposição legal de levar ao conhecimento dos órgãos colegiais do Município um retrato fiel do desempenho da gestão municipal, conforme estabelecido no ponto 13 do Decreto-Lei N.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.-----

Por outro lado, a Resolução n.º 4/2004 – 2ª Secção do Tribunal de Contas define, no Quadro Anexo I, o Relatório de Gestão como documento n.º 28, quando elenca os documentos de prestação de contas das Autarquias Locais, referindo que o mesmo deve ser remetido àquele Tribunal independentemente do volume de Receitas ou das Despesas registadas durante o ano.-----

Pretende-se que este Relatório constitua um complemento da informação disponibilizada nos documentos contabilísticos e um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de, rapidamente e de forma simples, se visualizarem as informações que se julgam suficientes à avaliação global do desempenho do Município, tanto no domínio orçamental, como económico e financeiro.-----

Pretende-se, ainda, deixar o testemunho de um vasto conjunto de informações capaz de habilitar os Excelentíssimos Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal e restantes Municípes, que não tendo conhecimentos aprofundados de contabilidade autárquica, pretendam formular uma ideia da acção do seu município, através do que se julga ser um importante meio de análise de resultados e verificação do grau de eficiência e eficácia da afectação dos recursos aos objectivos realizados, bem como a interiorizarem a complexa realidade da actividade desenvolvida.-----

Este documento é parte integrante da prestação de contas de 2011.-----

Handwritten signature and initials in the top right corner.

1. Enquadramento Interno-----
1.1. Órgão executivo-----
1.2. Política de Recursos Humanos Adoptada-----

No final de 2011, não se procedeu a qualquer reorganização dos Serviços Municipais, mantendo-se em vigor a estrutura aprovada no final de 2010, quer ao nível das unidades orgânicas quer do mapa de pessoal.

Reportando especificamente aos recursos humanos, a política municipal tem estado focada, e assim se manteve em 2011, na constante valorização dos activos existentes através da adopção de modelos de funcionamento mais desmaterializados e de uma constante preocupação de racionalização de meios, consubstanciada na requalificação e reafecção de algumas unidades a tarefas e funções mais ajustadas à eficaz execução das acções constantes da estratégia de desenvolvimento do território desenhada a partir de 2005 e que vem sendo consistentemente consolidada dentro e fora da organização.

Em 2011, em coerência com a política dos últimos anos, houve uma permanente preocupação de não admitir novos colaboradores apenas porque outros saíam, sem que tal significasse qualquer redução de serviços, o que tem sido uma boa prática face aos tempos difíceis que se vivem, permitindo que o Município possa, hoje, num cenário de redução das transferências do Estado, encarar o futuro com algum optimismo, porque as despesas com recursos humanos (2.036.481,41€) representam apenas 23,10% da despesa global.

Em 31 de Dezembro, o Município tinha 110 colaboradores, sendo 101 por tempo indeterminado e 9 com contrato a prazo. Além destes existiam ainda 5 pessoas integradas em Programas Ocupacionais do Centro do Emprego e Formação Profissional, 10 em regime de tarefa no apoio ao serviço de refeições a alguns estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico e 3 estagiários no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local nas áreas de Turismo, Geografia e Conservação e Restauro.

2. Análise Orçamental-----
2.1. Execução Orçamental 2011-----

Da análise à execução orçamental de 2011, destaca-se, desde logo pelo seu significado, que as despesas correntes pagas são inferiores às receitas correntes cobradas o que permitiu, apesar de todos os constrangimentos, uma poupança de 2.474,51€ em despesas correntes com a consequente libertação destes recursos financeiros para capital ou seja, para investimento. A utilização do saldo da gerência anterior permitiu efectuar pagamentos de 20.863,33€ em despesa de capital. O saldo para a gerência seguinte é de 11.131,66€.

Comparativamente com as dotações previstas verifica-se uma execução orçamental de 67,01% nas receitas correntes cobradas e de 63,33% nas despesas correntes pagas bem como uma execução orçamental de 45,93% nas receitas de capital cobradas e de 47,94% nas despesas de capital pagas.

Em termos globais, as receitas cobradas apresentam uma execução orçamental de 54,65% do previsto e as despesas pagas apresentam uma execução orçamental de 54,60%.

2.1.1. Resumo das Receitas-----
Quadro 3 – Resumo das Receitas Cobradas (2010-2011)-----

As receitas municipais cobradas aumentaram 766.462,15€ (9,51%) face a 2010, por força do aumento de 913.434,35€ (26,41%) nas receitas de capital, que anulou com significativo saldo o decréscimo de 147.279,44€ (-3,22%) verificado nas receitas correntes.

As transferências de capital, com 48% das receitas totais, constituem a principal fatia das receitas cobradas, logo seguida das transferências correntes com 31%, da venda de bens e prestação de serviços correntes com 10%, dos impostos directos (IMI, IMT, IUC) com 6%, da venda de bens de investimento com 2% e das outras receitas correntes com 2%. As taxas, multas e outras penalidades, os impostos indirectos e os rendimentos de propriedade, encerram o leque das receitas cobradas pelo Município com taxas inferiores a 1%.

2.1.2. Resumo das Despesas Pagas-----

A despesa orçamental paga no ano de 2011 aumentou 787.325,48€ (9,80%) face a 2010, por força do acréscimo de 799.544,36€ (22,24%) das despesas de capital, já que as despesas correntes apresentam um decréscimo de 12.218,88€ (-0,28%).

2.1.2.1. Evolução das Despesas Pagas-----
No ano de 2011, verifica-se um aumento das despesas pagas ao pessoal, com a aquisição de bens e serviços correntes e de capital, com os juros e outros encargos e com os Activos Financeiros, por

Handwritten signature and initials

contraposição da diminuição das despesas pagas com transferências correntes e de capital, com os subsídios, com as outras despesas correntes e com os passivos financeiros.-----

Numa análise mais detalhada podemos verificar que:-----

As despesas com pessoal, que englobam as remunerações certas e permanentes com os órgãos autárquicos, com o pessoal do quadro, com o pessoal em qualquer outra situação e com os encargos inerentes à caixa geral de aposentações, segurança social e assistência na doença dos funcionários públicos, apresentam um acréscimo de 18.931,73€ (0,94%) relativamente ao ano anterior. Este acréscimo deve-se aos pagamentos efectuados à ADSE no montante de 111.871,23€ para redução da dívida existente com aquela entidade e conforme plano de pagamentos acordado em Março de 2011 bem como ao acréscimo de 23.010,33€ na retenção efectuada para o Serviço Nacional de Saúde, por imposição do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho. Estes acréscimos extraordinários de pagamentos não permitiram uma redução efectiva das despesas com pessoal, no entanto, como poderemos verificar mais à frente as remunerações certas e permanentes diminuíram em 104.998,48€ em consonância com a diminuição das remunerações impostas pelo governo no decorrer do ano de 2011.-----

A aquisição de bens onde se encontram registadas, entre outras, as aquisições de combustíveis, refeições escolares, material de escritório, mercadorias para venda (Água e Merchandising), ferramentas e utensílios, material de educação, cultura e recreio e a aquisição de serviços a terceiros onde se encontram registadas, entre outras, os encargos com as instalações, material de higiene e limpeza, conservação de bens, locação de equipamento e material de transporte, comunicações, transportes escolares, seguros, publicidade, trabalhos especializados, serviços de saúde encargos de cobrança de receitas, comparada com o ano 2010, apresenta um acréscimo de despesas pagas de 164.619,38€ (11,74%).-----

No âmbito dos encargos decorrentes da dívida, constituídos pelos juros suportados de empréstimos bancários, de contratos de locação financeira e de outros juros o acréscimo de pagamentos efectuados é de 44.741,98€ (54,76%) face a 2010.-----

As transferências correntes tiveram um decréscimo de 76.576,78€ (14,60%). Apesar disso, esta continua a ser para o Município uma área sensível pelo papel de proximidade que os destinatários desempenham junto das populações, representando 5,08% do total da despesa paga. Integram este grupo de despesa, entre outras, as transferências para as associações concelhias, para as freguesias no âmbito de protocolos de colaboração e transferência de competências, nomeadamente para a limpeza de povoações, para a Cercipenela ao abrigo do protocolo de cooperação no âmbito da limpeza e higiene urbana e para os Bombeiros Voluntários de Penela no âmbito da prevenção e protecção florestal.-----

A rubrica de outras despesas correntes, com carácter eminentemente residual, integra, entre outras, as despesas com a realização da Feira dos Produtos Endógenos e da Gastronomia, Feira do Mel, Feira de São Miguel e o Penela Presépio, evidencia uma redução na despesa paga de 134.656,00€ (-36,30%). Este é um claro sinal do esforço de contenção que o município iniciou em 2010, com o objectivo de libertar recursos para a execução de investimentos em equipamentos estratégicos para o desenvolvimento do território. Nesta matéria, face à redução das transferências do Orçamento de Estado e à opção estratégica de realizar alguns projectos estruturantes para o desenvolvimento do Município, a Feira dos Produtos Endógenos e da Gastronomia, bem como a Feira do Livro, foram integradas na Feira de São Miguel, gerando uma poupança muito significativa. Paralelamente, houve o esforço político de reprogramar a Feira Medieval, o Mercado do Queijo e dos Romanos e a Vinália para uma periodicidade bienal, com naturais reflexos repercutidos no exercício de 2011 e seguintes.-----

A rubrica de aquisição de bens de capital inclui as despesas com investimentos efectuados em edifícios municipais, nomeadamente: centro escolar de Penela, centro escolar do Espinhal, requalificação urbana da rua de Coimbra e da entrada sul de Penela, parque das águas romanas, Parque desportivo de S. Jorge, rede viária municipal através da reabilitação das EM Alfafar-Podentes e EM Cerejeiras-Fetais, Parques e Jardins, captação e distribuição de água, sistemas de drenagem de águas residuais, infra-estruturas de iluminação pública, material de transporte, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento informático e software. Verifica-se um acréscimo de despesa paga de 943.359,96€ (+31,95%) relativamente ao ano anterior, bem como um crescimento no seu peso relativo no total das despesas pagas que é de 44,18%.-----

As transferências de capital onde se integram, entre outras, as transferências para as Associações concelhias no âmbito de requalificações das suas sedes e a comparticipação em obras de conservação

Handwritten signature and initials in the top right corner.

e melhoria de habitações degradadas de famílias carenciadas tiveram um decréscimo de despesa paga no ano de 2011 de 132.393,16€ (-56,86%).-----

Nos activos financeiros classificam-se as aquisições de acções, obrigações, quotas e outras formas de participação. No ano de 2011 foi efectuado um pagamento referente à subscrição de quatro unidades de participação do património associativo do Instituto Pedro Nunes no valor de 10.000,00€, que justifica aqui ser mencionada, não tanto pelo montante em causa, mas pela importância estratégica da parceria com a entidade que é uma referência europeia e mundial na incubação de novas empresas.---

Os passivos financeiros evidenciam uma diminuição de despesa paga no valor de 18.922,44€ e um peso no total da despesa de 4,41%. Encontram-se aqui as despesas pagas referentes à amortização de empréstimos de médio e longo prazo.-----

2.1.2.2. Despesa na Óptica dos Compromissos-----

Na óptica dos compromissos assumidos, a taxa de execução da despesa foi de 90,23%, correspondente a 14.573.125,67€ de compromissos assumidos face aos 16.150.597,99€ orçamentados. Importa referir que a contabilidade orçamental de cada período de exercício (correspondente ao ano civil), ao incorporar os compromissos transitados dos exercícios anteriores, nos permite sempre uma visão acumulada e não um quadro exclusivo do exercício em análise.-----

2.1.2.3 Despesa na Óptica das Realizações-----

Na óptica das realizações, a taxa de execução da despesa foi de 90,21%, resultante da realização de 13.146.889,30€ dos 14.573.125,67€ comprometidos.-----

Também a este nível, o das realizações, estamos perante um quadro que incorpora no exercício de 2011 as realizações transitadas dos exercícios anteriores.-----

2.1.2.4. Despesa na Óptica dos Pagamentos-----

Na óptica dos pagamentos, a taxa de execução de despesa paga foi de 67,07%, uma vez que dos 13.146.889,30€ realizados foram pagos 8.817.626,61€.-----

3. Fontes de Financiamento-----

3.1. Estrutura das Receitas Próprias-----

As receitas próprias de uma autarquia local são aquelas que, numa perspectiva clássica, esta pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem a influência de organismos externos, com exclusão das provenientes de transferências e de empréstimos contratados. Não estão aqui incluídas as receitas que, sendo tecnicamente do grupo das transferências, exigem forte acção e determinação do Município para serem arrecadadas. Estão neste grupo algumas transferências no âmbito de contratos-programa com o Estado, de que é apenas exemplo o PRAUD, e as participações de fundos comunitários, com uma significativa prevalência destas.-----

As receitas próprias representam 21% do total da receita cobrada, enquanto os outros financiamentos, onde pontificam as transferências do Estado, os fundos comunitários e os passivos financeiros, representam os restantes 79% da receita cobrada.-----

Tal como para a maioria dos municípios desta dimensão, a identificação e diversificação das fontes de receitas próprias constitui um dos grandes desafios do Poder Local de hoje. E o desafio é tanto mais difícil quanto maior é a dificuldade, derivada de múltiplas razões, de os municípios praticarem preços que cubram os custos da prestação de serviços à comunidade, nomeadamente no âmbito social, cultural e desportivo, no fornecimento de água e na recolha e tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos.-----

A venda de bens e prestação de serviços correntes, com 46% das receitas próprias cobradas no ano 2011, constituem a principal fatia, logo seguida dos impostos directos (IMI, IMT, IUC) com 30%, da venda de bens de investimento com 11% e das outras receitas correntes com 9%. As taxas, multas e outras penalidades e os activos financeiros com 2% e 1% respectivamente, encerram o reduzido leque das fontes de financiamento próprio do Município.-----

O aumento de 288.071,96€ (18,10%), face a 2010, advém principalmente da arrecadação de receitas referentes aos Impostos Directos (Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis e Imposto Único Circulação) cujo valor aumentou em 72.690,88€ e da arrecadação de receitas referentes à venda de bens de investimento cujo valor aumentou em 169.336,16€, na sua maioria a título de compensação pela expropriação de parcelas de terreno da propriedade do Município para construção do IC3.-----

3.2. Estrutura dos Outros Financiamentos-----

Os outros financiamentos integram os fundos municipais, os fundos comunitários, as outras transferências, o recurso ao crédito e as reposições não abatidas aos pagamentos.-----

OK J. *[Handwritten signature]*

A evolução deste grupo de receitas apresenta um crescimento de 478.082,95€ (7,42%), sendo que as rubricas que mais contribuíram para esse acréscimo foram as transferências de capital com 1.546.944,78€ (24,02%) que se deve ao recebimento de comparticipações comunitárias de obras financiadas. As transferências correntes tiveram uma variação negativa de 266.015,24€ (-8,82%) que se deve à diminuição das transferências do orçamento de Estado (Fundo Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS) bem como do fim do protocolo com o Centro Regional Segurança Social (Casa da Criança).

No que diz respeito aos passivos financeiros, no ano de 2011, não foi cobrado qualquer valor referente a este tipo de receita.

3.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

O Fundo Municipal Corrente é o que maior participação tem no total dos fundos municipais com 2.444.897,00€ (62%), seguindo-se o Fundo Municipal Capital com 1.505.132,00€ (38%).

Da análise ao gráfico 6 podemos verificar que os fundos municipais mantiveram-se constantes nos anos de 2005 a 2007. Nos anos de 2008 a 2010 assistiu-se a um gradual aumento dos mesmos, assistindo-se em 2011 a um decréscimo do seu montante, em consequência da diminuição das transferências para os Municípios provenientes do Orçamento de Estado, colocando esta receita aos níveis de 2008.

Por força da aplicação do PEC III, a receita cobrada foi inferior à inicialmente prevista em 207.896,00€, mas se confrontarmos os valores inicialmente previstos no Mapa XIX do Orçamento de Estado para 2010 e para 2011, esta quebra ascende a 371.494,00€.

Podemos ver no gráfico seguinte a evolução dos Fundos Municipais de 2005 para 2011.

3.2.2. Fundos Comunitários

A receita cobrada relativa aos Fundos Comunitários apresenta um aumento global de 1.776.964,73€ (+193%) face a 2010, fazendo de 2011 o ano com melhor resultado neste tipo de receita desde 2005 (ano de referência).

Este acréscimo resultante da estratégia de preparação de projectos e apresentação de candidaturas iniciada logo em 2005, resulta da conclusão do Centro Escolar de Penela (648.495,21€), do Parque das Águas Romanas (202.348,06€), da requalificação da Variante Sul – Ligação Rossio/Centro Histórico (201.537,55€), da Requalificação Urbanística da Rua de Coimbra (411.239,64€) do Centro Cultural das Cerejeiras (48.327,25€), da execução do Centro Escolar do Espinhal (412.341,70€), da execução da Rede Viária, EM Alfafar-Podentes e EM Cerejeiras-Fetais (422.055,49€).

Podemos concluir que houve um elevado desempenho (acima de 2,5 milhões de euros) na execução de projectos financiados por fundos comunitários neste ano.

3.2.3. Passivos Financeiros

3.2.3.1. Empréstimos de Curto Prazo e Médio e Longo Prazo

Os passivos financeiros reflectem as receitas provenientes de empréstimos bancários a curto prazo e a médio e longo prazo. Os primeiros destinam-se a suprir dificuldades de tesouraria e devem ser totalmente amortizados até ao final do exercício do ano em que constituíram receita, enquanto os segundos, destinados ao financiamento de investimentos, têm um prazo de amortização superior a um ano.

Não houve receitas de empréstimos a curto prazo nem de empréstimos de médio e longo prazo arrecadadas no ano de 2011.

4. Aplicação dos Recursos Financeiros

4.1. Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento pagas representam 86,81% das despesas correntes e 43,54% das despesas totais. As despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços e as outras despesas correntes pagas no ano de 2011 absorveram respectivamente 53%, 41% e 6% das despesas de funcionamento.

Excluem-se os encargos financeiros com o serviço da dívida, bem como as despesas com a execução de projectos efectuados por administração directa e as transferências correntes para outras entidades.

As despesas de funcionamento integram os custos de funcionamento de todos os serviços e equipamentos municipais, como sejam a piscina, pavilhão multiusos, parque desportivo, biblioteca e auditório, museu, CISED, todos os edifícios municipais, possibilitando a sua fruição pela população.

4.1.1. Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal onde se integram as remunerações certas e permanentes, os abonos variáveis ou eventuais e as despesas de segurança social aumentaram em termos absolutos 18.931,73€ (+0,94%).

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Podemos verificar no quadro acima que as despesas pagas com remunerações certas e permanentes tiveram um decréscimo de 107.501,94€ (- 6,50%), derivado da diminuição dos recursos humanos e da redução salarial resultante do PEC II. Merece aqui referência especial a redução de 45,61% (97.775,44€) na despesa paga ao pessoal contratado a termo certo, a redução de 12,41% (9.886,77€) na despesa paga referente ao subsídio de refeição e ao aumento de 2,56% (22.462,91€) na despesa paga ao pessoal dos quadros e de 14,12% (11.138,78€) na despesa paga ao pessoal em qualquer outra situação. Nos abonos variáveis ou eventuais merece referência especial a redução de 24,14% (8.832,52€) na despesa paga referente a horas extraordinárias, o aumento de 207,70% (7.905,57€) na despesa paga referente a indemnizações por cessação de funções e o aumento de 240,68% (6.466,12€) na despesa paga de outros suplementos e prémios (Senhas de presença dos membros dos Órgãos Autárquicos). O acréscimo de despesa paga com as despesas de segurança social resulta essencialmente da retenção efectuada pela DGAL para o Sistema Nacional de Saúde decorrente do Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho bem como do pagamento efectuado à ADSE no montante total de 111.871,23€ para redução da dívida existente com aquela entidade.

4.1.2. Aquisição de bens e serviços

O aumento de 164.619,38€ (11,74%) verificado nesta rubrica, tem a sua origem nas despesas pagas na aquisição de bens que apresenta um aumento de 94.246,90€ (23,43%), face a 2010, e na despesa paga na aquisição de serviços com um acréscimo de 70.372,48€ (7,04%).

4.2. Serviço da Dívida

A despesa paga com amortizações e juros de empréstimos a médio e longo prazo teve um acréscimo nos juros de 54,76% e um decréscimo nos passivos financeiros de 4,64%.

O aumento dos juros deve-se essencialmente às variações nas taxas de juro bem como da contratualização em 2009 de um empréstimo bancário para financiamento de obras municipais.

O decréscimo dos passivos financeiros advém da redução do volume de dívida a médio e longo prazo com a amortização de empréstimos bancários.

4.3. Apoios Concedidos a Terceiros

Podemos verificar que existiu um decréscimo de despesa paga de 14,60% (76.576,78€) nas transferências correntes e de 56,86% (132.393,16€) nas transferências de capital.

As transferências correntes destinam-se a apoiar o funcionamento das associações e a realização de actividades culturais e desportivas. Entre as principais destacam-se a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penela – 97.464,95€; o Clube Desportivo e Recreativo Penelense – 45.899,58€; as Associações Culturais e Desportivas – 40.651,49€; o Encerrado para Obras – 10.500,00€, no âmbito do protocolo de residência artística do Grupo de Teatro; a CerciPenela – 59.201,73€, ao abrigo do protocolo de higiene e limpeza urbana; a Santa Casa da Misericórdia de Penela – 5.815,58€; as quotas para a Terras de Sicó – 6.000,00€ e a participação em projectos comuns no âmbito da valorização do território – 13.524,04€, a ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico Aldeias do Xisto – 8.800,00€, a Associação Comercial e Industrial Coimbra – 15.985,42€ no âmbito do programa de dinamização do comércio tradicional e a Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego – 10.941,03€ no âmbito da participação em projectos comuns. Inclui ainda os valores transferidos para as Juntas de Freguesia no âmbito do protocolo de transferência de competências de limpeza de caminhos e transportes escolares – 71.790,00€, bem como o apoio à Infância do programa Penela Jovem que, nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, contemplou 194 jovens com um valor total de 20.395,00€, 26.110,00€, 28.805,00€ e 26.170,00€, respectivamente.

As transferências de capital incluem o apoio à construção do Pólo de Penela da ETP Sicó (62.700,00€), as obras de beneficiação das sedes de associações e do Património cultural construído (Associação Cultural e Recreativa de Podentes – 1.000,00€; Santa Casa da Misericórdia de Penela – 500,00€). Também aqui são registadas as despesas com o apoio à habitação, no âmbito do programa Penela Jovem, em que foram apoiadas 5 famílias no montante total de 7.500,00€ bem como a participação em obras de conservação e melhoria de habitações degradadas de famílias carenciadas no montante de 28.738,09€.

4.4. Investimento da Autarquia

4.4.1. Evolução do Investimento (Óptica dos Pagamentos)

O Investimento inclui as despesas com aquisição e construção (incluindo as grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de «capital fixo».

As despesas de investimento absorvem 44,13% das despesas totais pagas, perfazendo um acréscimo de cerca de 7,51% relativamente ao ano anterior. Para este resultado contribuíram os investimentos

André R. F. J. AS

realizados no Centro Escolar de Penela, no Centro Escolar do Espinhal, no Parque das Águas Romanas, na Requalificação da Rua de Coimbra e da Variante Sul de Penela, na requalificação do Centro Histórico do Espinhal, na requalificação do Centro Cultural das Cerejeiras bem como a intervenção nas EM Alfalar-Podentes e EM Cerejeiras-Fetais.

5. Evolução e Estrutura das Opções do Plano por Objectivos

Não se esgotando a análise económica do desempenho do Município no grau de execução das diversas obras, é inquestionável que esta se afigura indispensável a uma análise sectorial da despesa municipal, como forma de aferir quais os Objectivos e Programas abrangidas pela actividade municipal.

5.1. Grandes Opções do Plano

Nos quadros seguintes poderemos observar um resumo dos montantes previstos e executados das Grandes Opções do Plano por objectivo, com as respectivas taxas de execução e peso relativo da execução de cada um no total da despesa inscrita nos documentos previsionais.

Os compromissos totalizam 10.284.769,25€ a que corresponde uma taxa de 89,17% da dotação prevista.

A execução (obra realizada e facturada) ascende a 8.887.037,26€ (77,05% da dotação prevista e 86,41% dos compromissos assumidos).

O montante total pago foi de 5.230.889,05€ (45,35% da dotação prevista, 50,86% dos compromissos assumidos e 58,86% da despesa realizada).

5.2. Plano Plurianual de Investimentos

Os compromissos foram de 7.675.886,59€ (90,54% do dotação prevista). A obra realizada e facturada ascende a 6.477.199,18€ (76,40% da dotação prevista e 84,38% dos compromissos assumidos).

Os pagamentos efectuados totalizam 3.895.869,17€ (45,95% da dotação prevista, 50,75% dos compromissos assumidos e 60,15% da obra realizada e facturada).

5.3 Actividades mais relevantes

Os compromissos totalizam 2.608.882,66€ a que corresponde uma taxa de compromisso de 85,38%. A despesa realizada e facturado foi de 2.409.838,08€ (78,86% da dotação prevista e 92,37% dos compromissos assumidos).

Os pagamentos efectuados ascendem a 1.335.019,88€ (43,69% da dotação prevista, 51,17% dos compromissos assumidos e 55,40% da despesa realizada e facturada).

6. Cumprimento do limite da capacidade de endividamento

O n.º 1 do artigo 37º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) estabelece que "O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior."

Os n.º 1 e 2 do artigo 39º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro estabelecem que "O montante dos contractos de empréstimos a curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior" e que "o montante em dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do art.º 19º, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior."

Os n.º 5 e 6 do mesmo artigo estabelecem quais os empréstimos que podem excepcionar-se do limite previsto no n.º 2, que são: os empréstimos e as amortizações destinadas ao financiamento de programas de reabilitação urbana, os empréstimos e amortizações destinadas exclusivamente ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75 % do montante da participação pública nacional necessária para a execução dos projectos co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ou pelo Fundo de Coesão e os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por situações de calamidade pública.

A Lei n.º 60-A/2011 de 30 de Novembro estabelece no n.º 1 do artigo 53º que: "Em 31 de Dezembro de 2011, o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro,

Handwritten signature and initials

alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 66-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, de cada Município não pode exceder o que existia em 31 de Dezembro de 2010", que era de 5.492.578,80€.

Da aplicação deste quadro legal resulta que o Município cumpre os critérios definidos na Lei das Finanças Locais, na medida em que apresenta os seguintes indicadores, conforme o quadro seguinte:

- Margem de endividamento de curto prazo – 450.484,16€;
- Margem de endividamento de médio e longo prazo – 713.886,53€;
- Margem de endividamento líquido – 55.177,25€.

7. Análise Económico-financeira

As funções e finalidades de uma autarquia divergem das funções e das finalidades de uma empresa, no entanto, as autarquias intervêm no mercado e influenciam a economia nacional através da concorrência directa e/ou indirecta com o sector privado, ao mesmo tempo que as empresas privadas, cada vez mais, incorporam na sua finalidade natural, para além da maximização do lucro, objectivos de natureza social.

As autarquias locais e as empresas privadas cruzam-se em diversos segmentos da actividade económica, seja em modelo cooperativo seja de forma concorrencial.

Uma autarquia visa maximizar a satisfação de um vasto leque de necessidades sociais, culturais e económicas, consideradas prioritárias para os munícipes, estando completamente afastado o conceito de lucro económico ou financeiro na imensa maioria das suas actividades.

Assim, enquanto as empresas privadas têm como objectivo fundamental a maximização do lucro e objectivo acessório o bem-estar social dos seus trabalhadores, as autarquias locais, por sua vez, têm como objectivo fundamental a satisfação das necessidades prioritárias dos munícipes e, como objectivo acessório a obtenção do lucro, ou apenas a recuperação dos custos, nas suas actividades comerciais ou para-comerciais.

De referir ainda que, enquanto uma empresa deve auto-sustentar-se e crescer em função dos ganhos gerados pela sua produtividade e pela qualidade concorrencial da sua gestão, uma autarquia local é fortemente subsidiada a montante (Orçamento de Estado e Fundos Comunitários), de modo a proporcionar a jusante, por sua vez, subsídios directos e indirectos, em inúmeras actividades sociais, culturais e utilização de equipamentos e infra-estruturas, para as quais não são suficientes os proveitos gerados nas actividades que desenvolve.

Enquanto a execução orçamental reflecte as receitas e as despesas de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração dos Resultados espelham a actividade do Município ao nível patrimonial, isto é, demonstram os seus direitos e obrigações.

7.1. Balanço

O Balanço fornece uma imagem do Município num dado momento do tempo, 31 de Dezembro de 2011, mostrando os activos do Município (o que possui), os passivos (o que está em dívida) e os capitais próprios.

7.1.1. Activo

O Activo Bruto no final de 2011 teve um aumento de 2,88% ao qual corresponde o valor absoluto de 2.121.248,23€.

O Activo Fixo teve um acréscimo de 3.845.544,41€ (5,47%). Na sua estrutura verifica-se um aumento de 1.767.273,37€ (3,90%) dos bens de domínio público resultantes dos Investimentos realizados em Arruamentos, Estradas, Sistemas de drenagem de águas residuais, Iluminação pública, Parques e jardins, captação e distribuição de água; um aumento de 1.327.196,08€ (5,36%) das imobilizações corpóreas resultantes dos Investimentos realizados em edifícios Municipais, equipamento básico, equipamento de transporte, ferramentas e utensílios, equipamento administrativo e um aumento de 751.074,96€ (434,22%) dos investimentos financeiros resultante do ajustamento realizado através do método de equivalência patrimonial (Método de contabilização dos investimentos financeiros que se caracteriza por, a todo o momento, a conta 41 - Investimentos Financeiros reflectir a real conjuntura da situação líquida da empresa detida) da participação do Município de Penela no capital da Sicóformação, SA.

O Activo Circulante teve um decréscimo de 1.804.930,60€ (63,80%). Na sua estrutura verifica-se um aumento de 881,06€ (5,31%) das existências e uma diminuição de 1.769.869,94€ (-69,36%) das dívidas de terceiros em resultado do recebimento de verbas respeitantes ao financiamento de obras participadas entre as quais: Centro Escolar de Penela, Centro Escolar do Espinhal, Parque das Águas Romanas, Rua de Coimbra, Entrada Sul de Penela, EM Alfafar-Podentes, EM Cerejeiras-Fetais, Centro Cultural Cerejeiras, Caminhos Agrícolas. A execução destas obras nos anos de 2010 e de 2011

permitiu reduzir em 1.776.570,40€ o valor a receber de terceiros em resultado dos contractos de financiamento celebrados. Verifica-se também um decréscimo de 35.941,72€ (-13,77%) nos depósitos em Instituições e Caixa e um aumento dos acréscimos e diferimentos em 80.634,42€ (16,66%) devido ao princípio de especialização, uma vez que os proveitos são reconhecidos quando obtidos, independente do seu recebimento, pelo que o valor a receber em 2012 referente a água, saneamento, resíduos sólidos, parques eólicos e iluminação pública de 2011 foi considerado acréscimo de proveito nesse ano.

O Activo líquido teve um decréscimo de -2,63% ao qual corresponde o valor absoluto de 1.220.373,60€. O Activo fixo teve um acréscimo de 510.623,04€ (1,19%). Na sua estrutura verifica-se uma diminuição de 924.001,31€ (-3,84%) dos bens de domínio público, um aumento de 683.550,45€ (3,63%) das Imobilizações Corpóreas e um aumento de 751.073,90€ (443,72%) dos Investimentos Financeiros.

7.1.2. Passivo

No ano de 2011 o Município de Penela reduziu as dívidas a terceiros em 940.156,72€ à qual corresponde uma variação de -10,00% discriminadas da seguinte forma:

Relativamente às dívidas de médio e longo prazo verifica-se o decréscimo no montante de 389.110,63€ (-9,30%) devido à amortização de empréstimos de médio e longo prazo.

Relativamente às dívidas a terceiros de curto prazo verifica-se um decréscimo de 551.046,09€ (-10,55%). Importa aqui referir que a dívida a fornecedores de imobilizado c/c diminuiu em 453.061,86€ (-32,96%), as dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos diminuiu 84.478,84€ (32,28%), as dívidas a outros credores diminuiu 134.796,04€ (5,09%) e as dívidas a clientes com cauções diminuiu 1.385,50€ (19,29%) enquanto as dívidas a fornecedores c/c aumentaram 122.676,15€ (13,18%).

Este importante decréscimo no montante total da dívida (940.156,72€) mostra bem a capacidade que o Município teve de continuar a realizar obras em 2011 bem como a boa gestão efectuada no que diz respeito a Investimentos. Para esta diminuição de dívida, em muito contribuiu a arrecadação de receitas no ano de 2011 de projectos financiados que tinham execução de despesa em 2010 bem como da alteração das taxas de comparticipação de 75% para 85% em muitos daqueles projectos. Ainda assim, à semelhança de anos anteriores, não foi possível arrecadar receitas que se encontram registadas no activo líquido do município e que, ao não se verificar o seu recebimento, impediu que se efectuassem pagamentos no mesmo montante, reduzindo ainda mais o valor das dívidas a terceiros.

Os acréscimos e diferimentos apresentam um acréscimo de 426.209,81€ (5,31%), devido aos valores recebidos e a receber relativos às transferências de capital obtidas para financiamento de projectos com comparticipação do Estado ou com comparticipação comunitária. Incluem-se nesta conta os subsídios / transferências para investimento a que a Autarquia tem direito, nos termos da Lei ou de Contratos Programas, os quais, ao serem associados aos activos, deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 79.8.3 – Proveitos e Ganhos Extraordinários – Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários – Transferências de Capital, à medida que forem contabilizadas as amortizações do Imobilizado a que respeitam.

Dando cumprimento ao princípio da especialização do exercício, os subsídios para investimentos, são considerados proveitos diferidos durante a vida útil do investimento.

No total, o Passivo Total do Município de Penela diminuiu 513.946,91€ à qual corresponde uma taxa de variação de -2,95%.

7.1.3. Fundos Próprios

A variação verificada nos Fundos Próprios deve-se ao ajustamento de partes de capital em empresas participadas, à transferência do Resultado Líquido do exercício do ano anterior para Resultados Transitados e ao apuramento do Resultado Líquido do Exercício de 2011, cujo montante ascende a 1.385.917,40€ negativos. Como poderemos verificar mais à frente, o resultado líquido do exercício de 2011 apresenta um valor negativo devido, sobretudo, ao elevado montante de amortizações do exercício.

7.2. Demonstração dos Resultados

A demonstração de resultados apresenta por um lado todos os custos e perdas que a autarquia suporta na sua actividade, representando as diminuições dos fundos próprios decorrentes da actividade autárquica e, por outro, os proveitos e ganhos que a autarquia obtém na sua actividade, representando os aumentos dos fundos próprios decorrentes da actividade autárquica. O Município encerra as suas contas referentes ao ano económico de 2011, com um Resultado Líquido do Exercício negativo no valor de 1.385.917,40€, motivado fundamentalmente pelo elevado custo com as amortizações do exercício no montante de 3.459.799,31 €.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

7.2.1. Resultados Operacionais

O resultado operacional é aquele que é gerado pela actividade do Município e é apurado pela diferença entre os Proveitos Operacionais e os custos operacionais.

Comparando os proveitos operacionais com os custos operacionais constatamos a existência de um resultado operacional no valor de 1.970.623,95€ negativo.

Os Proveitos Operacionais são constituídos pelos Impostos e Taxas, Vendas e Prestações de Serviços e pelas Transferências correntes obtidas.

Os Custos com Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos, os custos com amortizações e as Transferências e os subsídios correntes atribuídos, detêm um peso decisivo sobre a estrutura dos Custos Operacionais.

7.2.1.1. Custos e Perdas Operacionais

Os Custos e perdas operacionais registaram uma diminuição em termos absolutos de 285.288,36€ (-3,64%).

Os fornecimentos e serviços externos onde se inserem os custos com o funcionamento corrente da entidade (electricidade, combustíveis, ferramentas e utensílios, material de escritório, comunicações, transportes, reparações de bens, publicidade, honorários e trabalhos especializados, géneros alimentícios, entre outros) apresentam um decréscimo de 251.842,99€ (-13,21%).

No quadro acima podemos ver a evolução dos fornecimentos e serviços externos mais relevantes desagregada. O ano de 2011 caracteriza-se por uma contenção nos custos correntes nomeadamente nos gastos com combustíveis, na aquisição de ferramentas e utensílios, no material de escritório, nos artigos para oferta, nos livros e documentação técnica, nas rendas e alugueres, nas comunicações, nos transportes escolares e no "Penela não Pára", na conservação e reparação de viaturas e equipamentos, na publicidade, nos gastos com espectáculos (eventos culturais, turísticos e desportivos) e nos materiais de limpeza, géneros alimentícios, refeições e outros fornecimentos e serviços.

Contrariamente, os gastos com a electricidade, seguros de viaturas e equipamentos, trabalhos especializados, tratamento de resíduos sólidos urbanos, segurança e os encargos de cobrança de receitas tiveram um ligeiro acréscimo.

Os custos com o pessoal onde se inserem as remunerações certas e permanentes, os abonos variáveis e eventuais e as despesas com a segurança social apresentam um decréscimo de 205.996,35€ à qual corresponde a variação de -9,93%.

As amortizações do exercício, que registam a depreciação das imobilizações corpóreas, incorpóreas e dos bens de domínio público, apresentam um acréscimo de 106.655,29€ à qual corresponde a variação de 3,18%. As amortizações do exercício continuam a apresentar um valor bastante elevado influenciando negativamente os resultados operacionais, uma vez que eles representam cerca de 46% do total dos custos operacionais, sendo esta a principal razão do resultado líquido do exercício apresentar um valor negativo.

Constata-se ainda um decréscimo no custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, onde para além do custo de aquisição de água, aos Municípios de Ansião e Condeixa, para venda, se incluem os custos com as aquisições de publicações e merchandising diverso, também para venda, no valor de 393,46€ à qual corresponde uma variação de -1,54%.

As transferências correntes concedidas, onde se registam os vários apoios concedidos a terceiros nomeadamente para as associações culturais e desportivas tendo em vista o desenvolvimento das suas actividades anuais, para as juntas de freguesia ao abrigo dos protocolos de limpeza de povoações e para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penela ao abrigo do protocolo com as equipas de intervenção permanente e para o seu normal funcionamento registam um acréscimo de 48.598,11€ à qual corresponde uma variação de 10,50%.

Os outros custos e perdas operacionais registam um acréscimo no valor de 17.691,04€ ao qual corresponde a variação de 311,19%.

Como se depreende do gráfico anterior, as amortizações do exercício representam 46%, os custos com pessoal 25%, os fornecimentos e serviços externos 22% e as transferências correntes concedidas 7% do total dos custos operacionais.

7.2.1.2. Proveitos e Ganhos Operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais registaram um decréscimo em termos absolutos de 142.723,15€ a que corresponde uma variação de 2,50%.

A maior quebra verificada foi na venda de produtos onde se inclui a água, as publicações e merchandising com um decréscimo de 68.065,50€, a que corresponde uma variação de -22,41%, que se deve ao facto de no ano de 2010 se ter reduzido o atraso na emissão da facturação da água.

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.

A prestação de serviços teve um acréscimo de 72.363,00€, a que corresponde uma variação de 25,48% devido à actualização da tabela de taxas e licenças bem como à cobrança da tarifa fixa de água ao longo do ano de 2011.

Os proveitos suplementares tiveram um decréscimo de 58.561,06€, a que corresponde uma variação de -96,54% uma vez que, ao contrário do ano de 2010, não se verificaram vendas de material lenhoso. As transferências e subsídios obtidos da Administração central tiveram um decréscimo de 236.649,39€ a que corresponde uma variação de -5,15% resultado dos cortes efectuados pelo governo nas transferências para os Municípios.

Os impostos e taxas (IMI, IMT, IUC) tiveram um acréscimo de 144.890,73€ a que corresponde uma variação de 30,21%.

Atendendo à estrutura destes proveitos e ganhos verifica-se que as transferências e subsídios obtidos representam cerca de 78% do total dos proveitos e ganhos operacionais, o que significa que o Município tem uma elevada dependência relativamente às transferências do Orçamento do Estado.

7.2.2. Resultados Financeiros

O resultado financeiro é o que decorre das aplicações de natureza financeira e dos seus custos de financiamento. Assim, do lado dos proveitos, os mais importantes são os rendimentos das participações de capital, dos juros e dos proveitos similares enquanto do lado dos custos temos as amortizações e provisões para aplicações e investimentos financeiros e os juros e encargos resultantes da obtenção de capital alheio, ou seja, empréstimos bancários.

Em 2011, os Resultados Financeiros apresentam um valor de 290.177,82€, a que corresponde uma variação de -20,78%.

7.2.2.1. Custos e Perdas Financeiros

Os custos financeiros registaram um acréscimo de 34.779,38€, a que corresponde uma variação de 42,07%, resultado do aumento dos juros suportados com os empréstimos de médio e longo prazo e leasing.

7.2.2.2. Proveitos e Ganhos Financeiros

Os Proveitos e Ganhos Financeiros registaram um decréscimo de 41.370,31€, a que corresponde uma variação de -9,21%.

Este decréscimo deve-se sobretudo aos outros proveitos e ganhos financeiros, onde são registadas as rendas de concessão da EDP (204.973,72€), bem como os rendimentos financeiros dos parques eólicos (171.655,33€ - 2,5% sobre o valor de facturação) que no ano de 2011 foi inferior à de 2010.

Os rendimentos de participações de capital tiveram um acréscimo de 1.181,41€, os rendimentos de imóveis tiveram um decréscimo de 3.291,03€ e os juros obtidos tiveram um acréscimo de 257,60€.

7.2.3. Resultados Extraordinários

Os Resultados extraordinários têm a sua origem fora da actividade normal da entidade, ocorrendo com certa imprevisibilidade. São aqui registadas as mais ou menos-valias obtidas na alienação de imobilizações, as dívidas incobráveis, os juros de mora e os subsídios recebidos para o investimento de acordo com a quota-parte das amortizações dos bens que tiveram financiamento.

Os Resultados Extraordinários são apurados da diferença entre os proveitos e ganhos extraordinários e os custos e perdas extraordinárias e apresentam o valor de 294.528,73€ a que corresponde uma variação de 187,65%.

7.2.3.1. Custos e Perdas Extraordinárias

Os custos e perdas extraordinárias tiveram um decréscimo de 29.829,45€ relativamente ao ano anterior à qual corresponde uma variação de -10,94%. Este decréscimo deve-se sobretudo à redução das transferências de capital concedidas a terceiros nomeadamente para as associações culturais e desportivas tendo em vista a realização de obras nas suas sedes bem como ao apoio concedido para a realização de obras de conservação e melhoria de habitações degradadas de famílias carenciadas.

7.2.3.2. Proveitos e Ganhos Extraordinários

Os proveitos e ganhos extraordinários registam um acréscimo de 162.309,22€ relativamente ao ano anterior a que corresponde uma variação de 43,27% e que se deve ao aumento dos ganhos em imobilizações decorrentes da alienações de terrenos no âmbito da expropriação de parcelas de terreno propriedade do Município para construção do IC3 e do aumento dos outros proveitos e ganhos extraordinários, onde se registam os subsídios recebidos para o investimento de acordo com a quota-parte das amortizações dos bens que tiveram financiamento.

Proposta de aplicação de Resultados

Handwritten signature and initials

De acordo com as Demonstrações financeiras do ano 2011, o resultado líquido do exercício ascendeu a 1.385.917,40€ negativos, que se pode verificar tanto na Demonstração dos Resultados como no Balanço.

A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Nos termos do estipulado no ponto 2.7.3. do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei nº 162/99, de 14 de Setembro, e pelos Decretos-Lei nºs 315/2000, de 15 de Dezembro e 84-A/2004 de 5 de Abril, a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados---

1º O montante do Resultado Líquido do Exercício no valor negativo de 1.385.917,40€ seja transitado para a conta 59 – “Resultados Transitados”;

-----O senhor Vereador Renato França começou por referir ser óbvio que se verifica um decréscimo na dívida, mas continua a ser preocupante o resultado líquido negativo. Referiu que se olharmos para o passado concluímos serem sucessivos. É óbvio que quem continuamente gasta mais do que recebe, todos sabem qual será o desfecho da situação, daí continuar a sua preocupação. Aquela que achava ser uma ciência exata cada vez menos o é pois existem mil e um artefactos para explicar um resultado líquido negativo.

-----O senhor Vereador Emídio Domingues, referiu que a redução da dívida poderia ter chegado a um milhão de euros se não fosse a quebra de receita, proveniente das transferências do estado.

-----O senhor Vereador Renato França lembrou que a dívida veio sempre a acumular-se sendo que a parcela que fica para investimento é reduzida muito embora reconheça o esforço na redução da dívida. É visível que se conseguiu fazer o mesmo com muito menos podendo concluir-se que no passado havia gastos desnecessários.

-----O senhor Vereador Emídio Domingues, disse reconhecer o papel de todos, que se verificou aquando da aprovação dos documentos previsionais onde se tem verificado a concordância no esforço em diminuir a dívida. Apesar da redução continuaram a ser feitos investimentos de vulto em obra com importância futura.

-----Feitas as considerações foram de seguida colocados os documentos à votação, tendo os senhores vereadores do Partido socialista apresentado a seguinte declaração de voto:-----

“Prestação de Contas do exercício de 2011-----

Da demonstração de resultados, verifica-se que o Município obteve um resultado líquido no exercício negativo de 1.385.917,40€, persistindo o desequilíbrio entre a receita e a despesa. Consideramos que tal resulta de uma tendência despesista do passado, com repercussões ao nível da dívida, encontrando-se condicionado o investimento capital pelas amortizações.

Reconhecendo um esforço no sentido da redução da dívida pelo lado da despesa, os Vereadores do Partido Socialista não podem deixar de censurar a conduta da maioria PSD pelos comportamentos do passado, os quais impossibilitam assumir o investimento no sector produtivo como prioridade, motor de arranque para a fixação de população.

Face ao exposto, a posição dos Vereadores do Partido Socialista é o voto contra todos os documentos, considerando que deverá prosseguir-se o esforço de equilíbrio financeiro iniciado.

Penela, 17 de Abril de 2012.

Os Vereadores do Partido Socialista.

6.1 – BALANÇOS, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – ANÁLISE E VOTAÇÃO:

Foram apresentados ao órgão executivo os documentos que constituem as **Contas Finais da Gerência**, nomeadamente os documentos de prestação de contas elencados no Anexo I, da Resolução número quatro de dois mil e um, da segunda secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República número cento noventa e um, segunda série, de dezoito de Agosto, que se encontram integralmente elaborados, relativos ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro de dois mil e onze, para efeitos de discussão e votação, a fim de ser apresentada ao respectivo órgão deliberativo e posterior remessa ao Tribunal de Contas.

-----Verificou-se que o documento em apreciação indicava os seguintes valores: -----

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR: -----

- Da Conta Execução Orçamental: 31.994,99€ (trinta e um mil novecentos e noventa e quatro euros e noventa e nove cêntimos);-----

- Da Conta Operações de Tesouraria: 228.983,48€ (duzentos e vinte oito mil novecentos e oitenta e três euros e quarenta e oito cêntimos);-----

Handwritten signature and initials in the top right corner.

- Em Documentos de Cobrança: 43.305,27€ (quarenta e três mil trezentos e cinco euros e vinte e sete centavos).
- SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE: -----
- Da Conta Execução Orçamental: 11.131,66€ (onze mil cento e trinta e um euros e sessenta e seis centavos);
- Da Conta Operações de Tesouraria: 213.905,09€ (duzentos e treze mil, novecentos e cinco euros e nove centavos).
- Em Documentos de Cobrança: - 55.287,74€ (cinquenta e cinco mil, duzentos e oitenta e sete euros e setenta e quatro centavos).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS-----

CUSTOS E PERDAS: -----

- Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: 25.180,75€ (vinte cinco mil, cento e oitenta euros e setenta e cinco centavos).
- Fornecimentos e Serviços Externos: 1.655.334,80€ (um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil trezentos e trinta e quatro euros e oitenta centavos).
- Custos com o Pessoal: -----
- Remunerações: 1.512.431,90€ (um milhão, quinhentos e doze mil quatrocentos e trinta e um euros e noventa centavos).
- Encargos Sociais: 357.047,69€ (trezentos e e cinquenta e sete mil quarenta e sete euros e sessenta e nove centavos).
- Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais: 511.407,15€ (quinhentos e onze mil quatrocentos e sete euros e quinze centavos).
- Amortizações do Exercício: 3.459.799,31€ (três milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil setecentos e noventa e nove euros e trinta e um centavos).
- Provisões do exercício: 6.700,46€ (seis mil setecentos euros e quarenta e seis centavos).
- Outros custos e perdas operacionais: 16.675,52€ (dezasseis mil seiscentos e setenta e cinco euros e cinquenta e dois centavos);
- Custos e Perdas Financeiros: 117.456,75€ (cento e dezassete mil quatrocentos e cinquenta seis euros e setenta e cinco centavos).
- Custos e Perdas Extraordinários: 242.904,67€ (duzentos e quarenta e dois mil novecentos e quatro euros e sessenta e sete centavos).
- TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS:** 7.904.939,00€ (sete milhões, novecentos e quatro mil novecentos e trinta e nove euros).

PROVEITOS E GANHOS: -----

- Vendas e Prestações de Serviços: -----
- Vendas de Produtos: 235.635,29€ (duzentos e trinta e cinco mil seiscentos e trinta e cinco euros e vinte e nove centavos).
- Prestações de Serviços: 356.400,37€ (trezentos e cinquenta e seis mil quatrocentos euros e trinta e sete centavos).
- Reembolsos e restituições: - 123,52€ (cento e vinte e três euros e cinquenta e dois centavos) negativos.
- Impostos e Taxas: 624.424,12€ (seiscentos e vinte e quatro mil quatrocentos e vinte e quatro euros e doze centavos).
- Proveitos suplementares: 2.098,94€ (dois mil noventa e oito euros e noventa e quatro centavos).
- Transferências e Subsídios Obtidos: 4.355.518,43€ (quatro milhões trezentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e dezoito euros e quarenta e três centavos).
- Proveitos e Ganhos Financeiros: 407.634,57€ (quatrocentos e sete mil, seiscentos e trinta e quatro euros e cinquenta e sete centavos).
- Proveitos e Ganhos Extraordinários: 537.433,40€ (quinhentos e trinta e sete mil quatrocentos e trinta e três euros e quarenta centavos).
- TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS:** 6.519.021,60€ (seis milhões quinhentos e dezanove mil vinte e um euros e sessenta centavos).
- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:** - 1.385.917,40€ (um milhão trezentos e oitenta e cinco mil novecentos e dezassete euros e quarenta centavos, (negativos)).

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL -----

- RECEITA COBRADA LÍQUIDA: 8.810.534,41€ (oito milhões, oitocentos e dez mil quinhentos e trinta e quatro euros e quarenta e um centavos).

Handwritten signature and initials

- ENTRADA DE FUNDOS POR OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 381.041,17€ (trezentos e oitenta e um mil quarenta e um euros e dezassete cêntimos).
- RECEITA VIRTUAL LIQUIDADADA: 456.222,48€ (quatrocentos e cinquenta e seis mil duzentos e vinte e dois euros e quarenta e oito cêntimos).
- DESPESA EFECTUADA: 8.817.626,61€ (oito milhões, oitocentos e dezassete mil seiscentos e vinte seis euros e sessenta e um cêntimos).
- SAÍDA DE FUNDOS POR OPERAÇÕES DE TESOURARIA: - 396.119,56€ (trezentos e noventa e seis mil cento e dezanove euros e cinquenta e seis cêntimos).
- RECEITA VIRTUAL COBRADA: - 445.916,48€ (quatrocentos e quarenta e cinco mil novecentos e dezasseis euros e quarenta e oito cêntimos).

BALANÇO

ACTIVO

- Imobilizado:
- Bens do Domínio Público: 23.133.297,96€ (vinte e três milhões, cento e trinta e três mil duzentos e noventa e sete euros e noventa e seis cêntimos).
- Imobilizações Corpóreas: 19.536.600,09€ (dezanove milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos euros e nove cêntimos).
- Investimentos Financeiros: 920.341,34€ (novecentos e vinte mil trezentos e quarenta e um euros e trinta e quatro cêntimos).
- Mercadorias: 17.478,26€ (dezassete mil quatrocentos e setenta e oito euros e vinte seis cêntimos).
- Dívidas de Terceiros - Curto Prazo: 744.637,17€ (setecentos e quarenta e quatro mil seiscentos e trinta e sete euros e dezassete cêntimos).
- Depósitos em Instituições Financeiras: 223.032,36€ (duzentos e vinte e três mil trinta e dois euros e trinta e seis cêntimos).
- Caixa: 2.004,39€ (dois mil e quatro euros e trinta e nove cêntimos).
- Acréscimos e diferimentos: 564.521,79 (quinhentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e vinte e um euros e setenta e nove cêntimos).
- TOTAL DO ACTIVO: 45.141.913,36€ (quarenta e cinco milhões, cento e quarenta e um mil novecentos e treze euros e trinta e seis cêntimos).

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

FUNDOS PRÓPRIOS:

- Património: 40.076.770,99€ - (Quarenta milhões setenta e seis mil setecentos e setenta euros e noventa e nove cêntimos).
- Ajustamento de partes de capital em empresas: 763.574,96€ (setecentos e vinte e três mil, quinhentos e setenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos).
- RESULTADOS TRANSITADOS: - 11.225.111,19 (onze milhões duzentos e vinte cinco mil, cento e onze euros e dezanove cêntimos) - negativos.
- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: - 1.385.917,40 (um milhão trezentos e oitenta e cinco mil novecentos e dezassete euros e quarenta cêntimos) - negativos.

PASSIVO:

- Dívidas a Terceiros:
- Médio e Longo Prazos: 3.795.163,25 (três milhões setecentos e noventa e cinco mil cento e sessenta e três euros e vinte cinco cêntimos).
- Curto Prazo: 4.670.167,69 (quatro milhões seiscentos e setenta mil, cento e sessenta e sete euros e sessenta e nove cêntimos).
- Acréscimos de custos: 189.584,26 (cento e oitenta e nove mil quinhentos e oitenta e quatro euros e vinte seis cêntimos).
- Proveitos Diferidos: 8.257.680,80 (oito milhões duzentos e cinquenta e sete mil seiscentos e oitenta euros e oitenta cêntimos).

Foram apresentados todos os documentos de prestação de contas, integralmente elaborados, elencados no anexo I da Resolução do Tribunal de Contas, número quatro barra dois mil e um – segunda secção, de doze de Julho, publicada no Diário da República, II série, número cento e noventa e um de dezoito de Agosto de dois mil e um.

Os referidos documentos encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.

Feita a respectiva análise pelos membros presentes, passou-se à discussão dos referidos documentos de gestão.

-----Posto à votação foi o mesmo aprovado por maioria, com voto contra dos senhores vereadores do Partido Socialista).-----

-----Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo.-----

6.2 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO: - A gerência do ano de dois mil e dez apresentou um Resultado Líquido do Exercício no valor de **1.385.917,40 €** (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e dezassete euros e quarenta centimos (negativos)).-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com voto contra dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar este valor que nos termos do números dois ponto sete ponto três ponto um e, dois ponto sete ponto três ponto dois do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) aprovado pelo Decreto-Lei número cinquenta e quatro traço A, barra noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, transitará para Resultados Transitados.-----

-----Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo.-----

6.3 – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ACTIVIDADES MAIS RELEVANTE - ANÁLISE E VOTAÇÃO: Feita a apresentação pelo senhor Presidente, passou-se à discussão dos documentos de execução anual:-----

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:-----

Montante Previsto: 8.478.064,00€ (oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, sessenta e quatro euros).-----

Montante Executado: 3.895.869,17 (três milhões, oitocentos e noventa e cinco mil oitocentos e sessenta e nove euros e dezassete centimos).-----

ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES:-----

Montante Previsto: 3.055.685,00€ (três milhões, cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco euros).-----

Montante Executado: - 1.335.019,88€ (um milhão, trezentos e trinta e cinco mil e dezanove euros e oitenta e oito centimos).-----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO:-----

Montante Previsto: 11.533.749,00€ (onze milhões, quinhentos e trinta e três mil setecentos e quarenta e nove euros).-----

Montante Executado: 5.230.889,05€ (cinco milhões duzentos e trinta mil, oitocentos e oitenta e nove euros e cinco centimos).-----

-----Posto à votação foi o mesmo aprovado por maioria, com votos contra dos senhores vereadores do Partido Socialista.-----

-----Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo.-----

6.4 – RELATÓRIO DE GESTÃO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente foi enviado para análise e discussão o Relatório de Gestão respeitante ao ano de dois mil e onze.-----

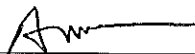
-----Após apreciação efectuada pelos membros presentes, passou-se à discussão do referido documento.-----

-----Posto à votação foi o mesmo aprovado por maioria, com dois votos contra dos senhores vereadores do Partido Socialista.-----

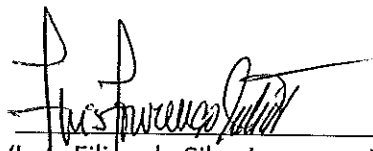
-----Mais deliberou submeter este resultado à aprovação do órgão deliberativo.-----


ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, sendo dezasseis horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

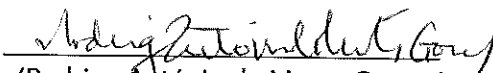
A Câmara Municipal,



(António José Santos Antunes Alves)

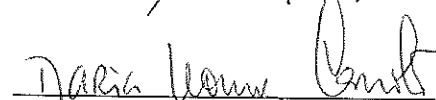

(Luis Filipe da Silva Lourenço Matias)


(Renato Filipe Nunes França)


(Rodrigo António de Matos Gomes)


(Emídio Domingues)

A Técnica Superior,


(Maria Leonor dos Santos Carnoto)